

Anotações sobre a construção do sistema educacional em Santa Catarina

*Agueda Bernardete Bittencourt**

Resumo: O presente trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa sobre um sistema escolar organizado pela Igreja Católica, no Estado de Santa Catarina, nos anos dez do século vinte. Tal sistema deu origem a uma congregação religiosa feminina que persiste até os dias atuais. O objetivo do sistema escolar paroquial, como era chamado, era catequizar os filhos de imigrantes italianos, vindos da região de Trento, no final do século XIX. Os imigrantes italianos, de forma diferente dos alemães, que chegaram a Santa Catarina organizados e apoiados pelo governo alemão, vinham menos organizados e eram, em sua maioria, colonos, agricultores com pouca instrução, mas profundamente religiosos. Instalavam-se nas terras cobertas de mata, para dali tirar o próprio sustento e o de sua família. O espaço de socialização desses imigrantes era a igreja e a autoridade mais próxima, o padre. Este trabalho procura compreender como esse projeto elaborado pela Igreja foi assumido pelo Governo do Estado, em pleno período republicano, mesmo com o processo de nacionalização das escolas organizadas por imigrantes de diferentes nacionalidades, ocorrido por ocasião das duas guerras mundiais.

Palavras-chave: Ensino religioso, educação católica, expansão escolar, imigração italiana, escola pública.

Abstract: The present work presents the first results of a research about a school system organized by the catholic church, in the state of Santa Catarina, in the 1910's. That system gave birth to a women's religious congregation that is still active nowadays. The aim of the so-called parochial system was to catechise Italian immigrants' children, whose families had come from the Trento region in the end of the nineteenth century. Differently from the German immigrants, who had come to Santa Catarina in an organized way, by the German government, the Italian ones were not so organized. Most of them were settlers, rural workers with poor educational background, but very religious. They settled in the wilds to develop plantations and live with their families from their own products. The social space for these immigrants was the church, and the nearest authority was the local priest. This paper seeks to understand how this project, designed by the church, was taken by the state, right in the republican period, even with the process of nationalizing the schools organized by immigrants of different nationalities, due to the two world wars.

Key words: Religious teaching, catholic education, school expansion, Italian immigration, public school.

* Professora e membro do Grupo de Pesquisas sobre Instituição Escolar e Organização Familiares (Focus), Faculdade de Educação – Unicamp. agueda@unicamp.br

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa sobre as lutas que acompanharam a implantação de escolas em comunidades imigrantes no Estado de Santa Catarina, nos anos dez do século vinte. Essas lutas deram origem a um sistema escolar organizado pela Igreja Católica, no interior do qual foi criada uma congregação religiosa feminina dedicada ao ensino que, mesmo depois do processo de nacionalização do ensino, ocupou-se da oferta escolar pública em parte do estado.

O objetivo do sistema escolar paroquial, como era chamado, era catequizar os filhos de imigrantes italianos, vindos da região de Trento, no final do século XIX. Os imigrantes italianos, de forma diferente dos alemães, que chegaram a Santa Catarina organizados e apoiados pelo governo alemão, vinham menos organizados e eram, em sua maioria colonos, agricultores com pouca instrução, mas profundamente religiosos. Instalavam-se nas terras cobertas de mata para dali tirar o próprio sustento e o de sua família. O espaço de socialização desses imigrantes era a igreja e a autoridade mais próxima, o padre¹.

A escolarização oferecida pelo poder público catarinense limitava-se a algumas escolas nos centros urbanos mais importantes, especialmente na capital. Assim, por iniciativa do padre responsável pelas vilas e povoados da região de Rodeio, organizaram-se as escolas paroquiais onde jovens camponesas, Filhas de Maria, e membros da Ordem Terceira de São Francisco passaram a ensinar a fé católica, preparar as crianças para a primeira comunhão, ao mesmo tempo em que ensinavam a ler, escrever e contar.

Este trabalho procura compreender como esse projeto elaborado pela Igreja foi assumido pelo Governo do Estado, em pleno período republicano, mesmo com o processo de nacionalização das escolas organizadas por imigrantes de diferentes nacionalidades, ocorrido por ocasião das duas guerras mundiais.

Discutem-se aqui os interesses e estratégias mobilizados pelo grupo de imigrantes, pela Igreja e pelo Poder Público em torno das lutas pela socialização de crianças e jovens em escolas públicas, concretizados em projetos de educação diversos, em geral articulando catequese, no interior de um sistema de ensino que já se definia na época como laico².

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, em especial no período republicano, destacando as implicações da atuação do Estado Federativo na política educacional

1. Ver mais sobre o assunto em Frei José Bertoldi e Frei Guido Scottini (1975).
2. Ver a Constituição do Estado de Santa Catarina (1891/1892) Título IV. Declaração de Direitos e Garantias, art. 91, XXII – É garantida a liberdade de ensino em todos os graus; XXIII – A instrução primária será garantida e obrigatória nas cidades e vilas, enquanto não o puder ser em todo o Estado; XXIV – O ensino primário nas escolas será leigo.

de caráter nacional³. A história da escolarização em Santa Catarina é particularmente interessante para o estudo da Instituição Escolar, por tratar-se de um Estado que conta hoje com ampla cobertura escolar e com índices de escolarização entre os mais altos do País. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão de como essa situação foi construída.

Imigrantes italianos na região de Blumenau

Não se ignora que a imigração européia para o sul do País ocorre com o incentivo do Governo Imperial do Brasil, no momento em que a escravidão não se mostra mais uma operação possível no mundo civilizado. Entretanto, o incentivo oferecido pelo Governo Imperial foi tomado de forma diversa pelos agentes da imigração.

A imigração italiana na região de Blumenau, ocorrida entre as décadas de 1870 e 1890, deve ser analisada em relação ao fluxo migratório alemão para a mesma região, que a antecede em algumas décadas. É fartamente conhecida a figura do homem responsável pela imigração alemã, chegando ele a emprestar seu nome para a principal cidade da colônia na época, Dr. Hermann Blumenau, cuja obra se encontra preservada em um bem montado Museu Histórico e na Biblioteca Fritz Müller, ambos em Blumenau.

Dr. Blumenau foi o homem público que realizou as negociações para o deslocamento de famílias alemãs, da Europa para o Brasil. Cuidou de prever suas necessidades, garantir a instalação, a posse de terra e a infra-estrutura necessária à construção de vilas e cidades produtivas e autônomas. Manteve-se junto à sua colônia, entregou-a ao Governo Imperial, em 1860, mas, permaneceu como seu Diretor até 1883, quando retornou à Alemanha.

Os imigrantes alemães recorriam ao Dr. Blumenau mesmo a propósito de assuntos de ordem pessoal, como demonstram as cartas encontradas no arquivo mencionado. Foi também uma referência para os imigrantes italianos, citado pelos moradores de Ascurra, em documento enviado a Roma, dando conta das relações entre moradores e os padres. Entretanto, Dr. Blumenau não foi o único agente de imigração responsável pela entrada de imigrantes no Estado de Santa Catarina,

3. A pesquisa se apóia sobre três tipos de fontes: a) As crônicas da Congregação, escritas a partir dos anos vinte, cartas e orientações das autoridades eclesíásticas, relatos e depoimentos constantes nos Arquivos da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas – Joinville; Documentos do Arquivo da Arquidiocese de Florianópolis e da Diocese de Joinville. b) Documentos dos Arquivos da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, Conjunto de Documentos Legais relativos à educação no Estado de Santa Catarina. c) Entrevistas e depoimentos de Catequistas e usuários das escolas públicas conduzidas pela Congregação e mantidas pelo poder público.

assim como nem todo o processo imigratório foi planejado como o dos alemães em Blumenau⁴.

Os imigrantes alemães se sentiam amparados pelo próprio agente de imigração, que mantinha contatos permanentes com o poder na Alemanha e no Brasil, possuíam um contingente de pessoal técnico, tinham garantida a assistência religiosa e com ela também a educação de suas crianças e jovens; tudo isso graças a um processo imigratório planejado. Os italianos que vieram para a mesma região, procedentes de Trento e arredores, chegavam menos assistidos, quer pelo governo italiano, quer pelo governo brasileiro e, além disso, não dispunham de um negociador legítimo, tal qual os alemães pareciam ter.

Uma característica importante desses imigrantes que vieram para o Vale do Itajaí, região de Blumenau, mais especificamente os que se instalaram em Rodeio, que nos interessa neste trabalho, é serem quase todos oriundos da mesma região da Itália, uma região que, no momento da imigração, 1875, pertencia ao Império austro-húngaro, formando a Província Tirolesa. Trata-se de uma população cuja história é marcada por disputas de fronteira, vivendo sobre terras sempre cobiçadas pelos italianos de Veneza e da Lombardia e pelos vizinhos do norte Áustria e Baviera.

Diz a professora Andrietta Lenard:

Os Alpes formam uma fronteira natural entre Áustria e Itália, mas há uma passagem: o vale do Rio Ágide. Trento surgiu exatamente à margem desse rio. O Trentino era o caminho natural que levava da Itália aos países de língua germânica e vice-versa. Terra mártir, atravessada, desde a Idade Média, por exércitos vindos dos mais longínquos países!⁵

Entretanto, havia uma convivência pacífica entre a população italiana e o governo austríaco, no período da imigração, como ressalta a professora Andrietta. “Nas igrejas, nas escolas, nos tribunais e na administração se usava exclusivamente a língua italiana.” As razões imediatas da emigração em massa desta região parecem ter sido mais econômicas do que políticas, sem que, contudo, se possam descartar as razões políticas de fundo que, como se verá, perpassam as diversas lutas travadas na nova terra.

Identificar as razões mais profundas que levaram esse grupo de famílias a enfrentar as dificuldades da emigração pode nos ajudar a compreender algumas práticas sociais adotadas pelo grupo. As guerras, especialmente no período de unificação da Alemanha e da Itália, têm sido a causa mais apontada para a emigração,

4. Carta de Heirich Bieber, Santa Fé, 25 de março de 1876. Tradução de Alfredo Wilhelm, Biblioteca Fritz Müller.

5. Trecho da palestra proferida pela profa. Andrietta Lenard, em 01 de maio de 1975, em Rodeio.

assim como o sonho de fazer fortuna na cintilante América. Entretanto, esse grupo de italianos, do Trentino, acrescenta a essas razões políticas uma aparente razão imediata, uma vez que emigrou depois de duas décadas da crise econômica que abalou a vida social de toda a região. Uma epidemia de pebrina, doença típica do bicho da seda, associada com a criptógama da videira, que se alastrou por toda a Europa, arrasou com a economia da região, assentada sobre a produção de vinho e sobre a indústria têxtil: seda e veludo. O desânimo causado pela crise prolongada levou esse contingente a buscar um outro lugar para viver. Essa crise pode explicar porque o grupo chegou já mantendo fortes laços de amizade e solidariedade, como se verá mais a diante. Tratava-se de um grupo coeso e disposto a manter-se unido diante das surpresas e dissabores que a chegada a uma região de mata, sem infraestrutura ou urbanização lhes reserva (LENARD, 1975, p. 10).

Assim, os imigrantes da região de Rodeio eram membros de grandes famílias de camponeses que venderam suas casas e suas terras na Europa e vieram dispostos a reorganizar suas vidas longe da desgraça que se abateu sobre eles. Rodeio vai representar “um exemplo de continuidade física e espiritual” (LENARD, 1975, p. 10 A) especialmente alicerçada pela fé católica. Uma hipótese importante a ser considerada para as análises seguintes é que a relação do grupo trentino com os valores mais fortes da italianidade fosse diferente daquela dos italianos que partiam do restante do território italiano.

Na mesma região, distante apenas três quilômetros, um outro conjunto de famílias formaria uma colônia muito forte – Ascurra - e que contracenou com os italianos de Rodeio durante várias décadas, quando acirradas disputas foram travadas entre eles, pelos espaços privilegiados de socialização: os italianos procedentes das províncias de Verona e Bergamo, entre outras.

As características deste último grupo estão muito mais marcadas pelas históricas lutas por liberdade e autonomia, próprias das cidades-estado italianas, entretanto também com fortes vínculos com a Igreja Católica.

○ lugar da Igreja

A documentação produzida sobre a comunidade instalada na região de Rodeio apresenta três elementos pelos quais lutavam os primeiros habitantes: estradas, capelas e escolas. Objetos que mobilizavam da mesma forma seus vizinhos da colônia de Ascurra e Encruzilhada. Tal registro nos indica a ausência do Poder Público Estadual no que se refere à oferta de educação e de estradas, bens sociais sob o encargo dos poderes públicos especialmente no período pós-republicano. Ao mesmo tempo, tais documentos nos revelam a importância da religião na organização desses grupos e, articulando escola e religião, permitem ver como a oferta escolar pela Igreja pode ser recebida como uma solução para os problemas

da comunidade, antes mesmo de ser pensada como a única alternativa possível ou desejada.

As estradas eram vitais, dado que os colonos iam se instalando, à beira de picadas rústicas, e, à medida que produziam algo além do necessário à subsistência de suas famílias, precisavam fazer escoar os produtos, além de transportar para suas casas, móveis, máquinas e demais objetos necessários; por outro lado, as capelas eram o centro da vida social do grupo. Ali se reuniam para o culto a Deus, discutiam as necessidades da comunidade, apresentavam os recém-nascidos para os amigos no momento do batizado, festejavam e regulamentavam as uniões através do casamento e construíaam por meio do catecismo um padrão moral para a comunidade.

A escola para as crianças e jovens será a terceira grande bandeira dos colonos. Eram eles, no final do século XIX, assistidos por padres jesuítas visitantes, que passavam nas vilas de uma até cinco vezes ao ano para prestar todo tipo de serviço religioso às comunidades. É bom lembrar que os Jesuítas que trabalham na região são de descendência alemã e detêm um trabalho prestigioso de educação no sul do País, especialmente no Rio Grande do Sul, onde seus colégios são referência na formação dos filhos da elite. Na virada do século, eles se instalariam na capital do Estado, assumindo o único colégio de ensino secundário – O Ginásio Catarinense-que, depois de ter sido um Ginásio Público, foi fechado pelo Poder Público, para ser reaberto pelos padres, subsidiado pelo Governo Estadual⁶. Aparentemente, a educação das crianças e jovens filhos dos colonos não interessava aos Jesuítas. Entretanto, em 1894, depois de vinte anos da chegada das primeiras 120 famílias, a situação mudou radicalmente. Fundou-se em Rodeio uma residência franciscana, com dois padres e dois irmãos leigos, também estes procedentes da Alemanha.

Embora se possa afirmar que a expressiva maioria das famílias emigradas da Itália e instaladas em Santa Catarina, no final do século XIX e início do século XX, era formada por católicos, cabe assinalar a presença de grupos distintos no interior desse contingente. Eram socialistas, anarquistas e maçons compondo os mesmos grupos católicos, cuja presença foi relevante nas discussões e disputas pelo espaço escolar, para a educação de seus filhos. Eram católicos com muitas outras identidades cruzadas.

Além desse grupo de imigrantes que marcou de forma notável a vida da região, outros contingentes foram chegando e instalando-se nas redondezas: Nova Trento, Rio dos Cedros e Ascurra, e formariam a rede de relações envolvida na luta pela igreja, pela escola e mesmo pelas questões mais gerais da vida política, como a escolha dos representantes políticos, já no Estado Republicano.

6. Análise minuciosa das lutas implicadas nesta política de aliança entre o Estado e os Jesuítas é encontrada no livro de Norberto Dallabrida (2001).

Paralelo ao processo imigratório, ocorre uma forte entrada de congregações religiosas de procedência européia, alemã mais especificamente, que deverá ser analisada no desenrolar desta pesquisa, tendo no horizonte o processo de reforma da própria Igreja católica brasileira, cuja separação do Estado demanda estrutura própria, com fortalecimento da hierarquia ligada a Roma (romanização).

A criação de Dioceses por Estados, as missões e as visitas freqüentes dos bispos devem ser analisadas como estratégias, com vistas ao controle das Irmandades, de origem portuguesa e de caráter mais leigo e menos sacramental do que aquele projetado pelo processo de romanização em curso no final do século XIX e início do XX. A chegada dos padres franciscanos, assim como das Irmãs da Divina Providência e depois dos Salesianos que se instalaram em Ascurra, deve ser entendida como parte desse movimento interno da própria Igreja.

De toda forma, a chegada dos franciscanos, os primeiros a se instalarem, definiu o lugar da igreja e da escola, que se tornariam referência para a região, embora nessa época já funcionassem, em capelas provisórias, algumas escolas primárias nas quais os colonos mais instruídos ensinavam as crianças a ler e escrever.

A casa franciscana, marco do lugar da Igreja católica na comunidade, ampliou-se, transformando-se em convento e trouxe para a vila uma casa das Irmãs da Divina Providência, dedicadas à educação da juventude e a atendimentos de saúde. A vida cultural e espiritual passou a receber especiais cuidados, vindos sempre através de ordens religiosas de procedência alemã. Entretanto, tais religiosos deveriam assistir a uma comunidade de língua italiana; assim, trouxeram padres e freiras de origem italiana, ou com bom domínio dessa língua. Criaram um jornal em língua italiana –*L'Amico* – que esteve em alguns momentos no centro das polêmicas culturais, políticas e religiosas⁷.

A organização da escola pelo poder público

A região do Vale do Itajaí, era, no final do século XIX e mesmo no início do século XX, de difícil acesso, habitada por índios nômades, conhecidos na região como bugres e temidos pelos brancos. Os animais eram também uma população numerosa e representavam uma ameaça aos imigrantes que os desconheciam em sua terra natal. Além da escassez de equipamentos para trabalhar a terra e da precariedade das habitações, deparavam-se, os imigrantes, com a necessidade de garantir através de seus próprios mecanismos as mínimas condições culturais, de segurança e de preservação da identidade do grupo⁸.

7. Ver mais sobre o assunto em Frei José Bertoldi e Frei Guido Scottini (1975).

8. Sobre a imigração italiana em Santa Catarina, ver as obras de Renzo Maria Grosselli (1987); Nelma Baldin (1999); Ivo Marcos Theis, Marcos Antônio Mattedi e Fabrício Ricardo de Limas Tomio (2000).

Com relação à política educacional, escolar mais especificamente, encontramos nos arquivos da Assembléia Legislativa do Estado, algumas Leis que dão conta da situação nessa área. Elas são o produto das disputas travadas entre os grupos republicanos, maçons, católicos e monarquistas. Trata-se do conjunto de leis que deverá oferecer a base de organização do estado republicano. Vamos destacar nestes apontamentos aquelas normas que referem-se diretamente à organização de um sistema escolar estadual. Cabe salientar pelo menos quatro pontos neste conjunto de normas: 1) A Constituição de 1891/92 declara leiga a escolarização oficial, cria-se um sistema educacional no qual a escolarização primária é gratuita e obrigatória; 2) O Estado responsabiliza-se pela catequese dos indígenas; 3) A formação de professores permanece difusa no interior da sociedade cabendo ao Estado criar Escolas Normais na medida de suas disponibilidades; 4) Regulamenta-se as ofertas de escola através de municipalidades ou sociedades escolares de caráter privado ou comunitário em cooperação com o Poder Público.

Depois da aprovação da Constituição Estadual, em 1895 foi promulgada a Lei 180, que representa a criação do sistema público, tendo vigorado até 1957. Pelo tempo em que vigorou e pela abrangência da Lei, pode-se ter uma idéia do próprio sistema escolar implantado no Estado.

Cabe destacar deste documento a composição do ensino oficial a ser ministrado

- a) pelas escolas públicas já existentes e pelas que são criadas nesta lei;
- b) pelo Ginásio Catarinense;
- c) pela Escola Normal;
- d) pela Escola de Artes e Ofícios

Essa lei destinava: o Ginásio Catarinense ao preparo dos candidatos às matrículas no ensino superior nas faculdades da União e a Escola Normal ao preparo do professorado público do Estado. Normatizava os currículos escolares, a formação e contratação de professores e a duração dos cursos.⁹ Todavia, passada a primeira década (1905), o Ginásio Catarinense foi fechado para permitir a instalação de um Ginásio Jesuíta, pago pelos alunos e parcialmente subvencionado pelo poder público (DALABRIDA, 2001, p. 37-75). Observe-se que a lei geral expressa os valores republicanos enquanto as disputas pautam-se pelos interesses de cada grupo. O fechamento do Ginásio Catarinense (público) e o apoio do Governo ao empreendimento Jesuíta revela o acordo do Estado com setores da Igreja Católica.

Revela-se ainda nesta lei geral, o primeiro objetivo do sistema escolar, uma clara política de formação dos quadros para o funcionalismo público, não apenas

9. Norberto Dallabrida cita a primeira reforma escolar republicana, ocorrida em 1892, e que criou a Escola Normal e o Ginásio Catarinense, desmembrados do Instituto Literário Normal. (DALABRIDA, 2001, p. 40).

para as escolas, certamente necessitadas de professores qualificados mas, para toda a máquina do Estado. Vale observar o seguinte artigo:

Art. 6º Afim de melhor atender ao ensino, fica o Governo do Estado autorizado a aproveitar o atual corpo docente e a nomear professores para lecionarem as matérias acrescidas por esta lei.

Os artigos seguintes falam de uma tabela de vencimentos e da exclusão dos benefícios daqueles que não se mostrarem habilitados com os cursos da Escola Normal. Já o artigo 9º expõe claramente os benefícios diretos para os egressos do ensino oficial.

Art. 9º Os alunos que completarem o curso do Ginásio, da Escola Normal e que obtiverem o diploma da Escola de Artes e Ofícios, serão preferidos para os cargos públicos independente do concurso.

A perspectiva de cooperação entre o Poder Público e as organizações da sociedade operacionalizando um sistema público singular, uma vez que, não exclusivamente controlado pelo Estado, aparece em 1906, na Lei 686. Cujo artigo primeiro diz que:

Toda vez que as municipalidades, por si ou por meio de sociedades escolares, tiverem construído um edifício apropriado para o ensino escolar para um mínimo de 400 alunos e destinado a seu custeio uma verba orçamentária independente da que atualmente pagam às escolas dos seus diversos arraiais, o Governo do Estado as auxiliará com uma quantia pelo menos igual à verba por eles decretada e paga.

O auxílio do Estado será destinado exclusivamente à remuneração de professor e o mesmo poder público se reserva o direito de aprovar os regulamentos que as municipalidades vierem a adotar para esses estabelecimentos.

Já no ano seguinte, uma nova lei seria promulgada para regulamentar o ingresso e acesso dos professores às diferentes escolas. A Lei 765 estabelece que o ingresso dos professores na carreira docente deve-se dar pelas escolas de 3ª categoria, sendo que as vagas nas escolas de 1ª e 2ª categoria serão preenchidas por professores em exercício nas escolas de categorias imediatamente inferiores. Só o professor normalista pode ser nomeado para escola de 2ª categoria sem passar pela anterior. São regulamentados ainda nesta lei as vantagens, incentivos e possibilidades dos professores para sua qualificação em cursos e exames vagos.

As limitadas condições oferecidas pelo poder público no Estado de Santa Catarina ficam mais evidentes nos artigos 12 e 13 dessa mesma lei:

Art. 12 Qualquer funcionário público do Estado que mantiver fora de suas horas de trabalho uma escola primária gratuita, com frequência de trinta alunos, pelo menos, terá direito a uma gratificação anual que não poderá ser maior do que o

vencimento de professor interino, ou contagem dobrada de seu tempo de serviço enquanto exercer anualmente o magistério.

Art. 13 Dos particulares competentes que mantiverem escolas nas condições do artigo antecedente, será o serviço considerado relevante e seu tempo contado para todos os fins de direito, caso venha de futuro a ser funcionário do Estado.

Como se pode ver, a política de educação escolar, logo no início do período republicano, não asseguravam exclusividade de oferta ao poder público, nem mesmo uma coordenação, ou supervisão mais efetiva seria garantida.

As marcas do que foi o estado católico, durante o Império e a permanência dos grupos religiosos nas proximidades do poder estadual são também identificadas na regulamentação relativa à catequese dos índios, em que o Estado misturava educação, instrução e catequese, já prevendo o repasse desta obrigação pública a quem possa melhor desenvolver o trabalho.

Na Lei 740, de setembro de 1907 encontramos o:

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a promover a catequese dos silvícolas, lavrando contrato com quem maiores e melhores vantagens oferecer e a abrir o crédito necessário para a sua execução; revogadas as disposições em contrário.

Entre os anos de 1910 e 1915 encontramos, ainda, a lei que fixa a idade mínima para a escolarização em sete anos e as duas reformas, de 1910, que cria as Escolas Ambulantes, Escolas Isoladas, os Grupos Escolares e reorganiza a Escola Normal e a de 1915, que cria as Escolas Reunidas, pela junção de mais de duas escolas isoladas, e aprova o regulamento dessas escolas.

Embora um levantamento breve das principais normas legais seja insuficiente para se definir a política educacional norteadora das ações nas primeiras décadas da República, no Estado de Santa Catarina, algumas das linhas mestras dessa política podem ser inferidas. As ligações entre a Igreja Católica e o Estado estavam presentes nas referências à catequese, mesmo considerando a afirmação constitucional, vista acima, de que o ensino escolar público seria leigo. Por outro lado, o reduzido número de escolas: secundária e normal de que se tem notícias, naquela época, associado ao fato de que boa parte da elite enviava seus filhos para estudar no Colégio Pedro II ou no Colégio (Jesuíta) Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, nos permite pensar que havia uma ampla liberdade às ações de vários grupos sociais e da Igreja católica em particular no que se refere ao ensino e que mais do que um desejo da população: talvez estas tenham sido a própria possibilidade de acesso à escolarização.

A falta de professores qualificados, bem explícita na legislação que incentiva o exercício da docência por pessoas que detenham alguma formação, inviabiliza a escolarização primária, se ela não for implantada em paralelo à implantação de

escolas normais. Tal política, que marcou as primeiras décadas da República em São Paulo, não aconteceu em Santa Catarina, na mesma época¹⁰.

É no interior desse quadro legal e político que podemos encontrar as ações das lideranças dos grupos imigrantes, da Igreja e dos próprios Consulados, na disputa por definir a moral e o comportamento das crianças e jovens catarinenses.

Interesses em jogo na expansão da escola

Assim como o Poder Público Estadual detinha o poder de legislar sobre a matéria – escola e educação –, a Igreja detinha um outro tipo de poder – a legitimidade e confiança dos imigrantes –, além de manter os quadros mais instruídos e cultos instalados na região. É de tal ordem o poder reconhecido da Igreja que se tornou logo bastante claro para toda a população que, onde se instalasse a igreja, para aí confluíam outros tantos benefícios ou serviços e a escola, em particular.¹¹ Entretanto, um outro agente surgiu no quadro de concorrentes pelo domínio sobre a educação escolar: os Consulados, com seu poder de financiamento externo das ações no campo escolar.

Disputas e rivalidades entre colônias

Durante as duas primeiras décadas do século XX, com os grupos imigrantes já razoavelmente instalados, começou a se definir uma forte rivalidade entre a população da vila de Rodeio e a de Ascurra, ambas de origem italiana. Entretanto, como já vimos anteriormente, tratava-se de dois grupos provenientes de regiões diferentes, possivelmente com identidades distintas, em razão do passado histórico diferente. O objeto da disputa entre essas populações era a sede da paróquia, que definiria não só a instalação de escolas, como também a sede da freguesia, o que daria à escolhida o poder sobre a outra, a partir daí sua dependente do ponto de vista não só religioso como também político. Rodeio saiu em vantagem, com a instalação dos franciscanos em seus domínios.

Um abaixo-assinado encaminhado ao Padre João Canônico, então pároco de Ascurra, para enviar a Roma – citam-se 600 assinaturas – narrava uma série de acontecimentos vividos pelas duas comunidades, no período de 1876 a 1914, sob o ponto de vista dos moradores de Ascurra e enquadrava a questão escolar e religiosa no âmbito das questões de justiça ou mesmo de polícia. Em várias passagens, o citado documento ressaltava que autoridades como Dr. Blumenau e o Padre Jacó Maria haviam prometido fazer de Ascurra uma freguesia e que, portanto, as colônias cir-

10. Ver Paolo Nosella; Ester Buffa (2002) e Ester Buffa; Gelson de Almeida Pinho (2002).

11. Especificamente sobre o poder da Igreja cabe ver Élio Cantalício Serpa, *Igreja e poder em Santa Catarina*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1997.

cunvizinhas deveriam freqüentar a Capela de Santo Ambrósio, lá construída, e que deveria no futuro vir a ser a sede da paróquia. Segundo o mesmo documento, um partido contrário se formava em Rodeio, que também ambicionava a referida sede.

São apontados vários desmandos praticados pelos padres franciscanos, os quais teriam negado os sacramentos aos fiéis daquela colônia, deixado desassistidas as crianças no catecismo e na primeira comunhão, chegando a colônia a ficar sem a visita dos padres por cinco anos. O documento aponta, como uma das razões para tanta disputa, o poder sobre a igreja e todo o seu entorno, entendido como escolas, hospitais e a própria visibilidade do local. Diziam os moradores de Ascurra que os frades não aceitavam construir a igreja em seu município porque queriam manter o poder sobre as igrejas e capelas em relação à Cúria. Segundo o documento:

A causa última que fortificava os Franciscanos nesta oposição, era a de erigir as igrejas em terrenos particulares, (próprios) para que eles fossem os senhores incontestáveis dos lugares e ficassem isentos dos direitos Diocesanos, isto é que não fossem, no futuro, estas igrejas declaradas patrimônio da Diocese¹².

Os moradores recorreram ao Sr. Núncio apostólico e por fim conseguiram autorização para construir a igreja; chegaram, mesmo, a inaugurar-la sem a presença do padre. Três anos mais tarde conseguiram que o bispo recém-nomeado, D. João Becker, visitasse a igreja e aguardaram outros três anos para verem nomeado, em 1912, um pároco para a comunidade. Este era Pe. Canônico. No relato encontra-se uma série de fofocas e difamações a propósito do novo padre. Entre outras coisas é acusado de socialista " *UM DEPUTADO DA SOCIEDADE MAÇÔNICA DANTE ALEGHIERI (sic) ...*".

As disputas no interior da Igreja Católica são também mobilizadoras dos investimentos dos diferentes grupos com vistas a viabilizar seus próprios interesses. Miceli, ao estudar a Elite Eclesiástica Brasileira, nos ajuda a compreender a situação peculiar do início do século XX ao analisar o que ele chamou de uma política deliberada, entre alguns prelados, com vistas a garantir patrimônio e manutenção da Instituição, no período pós-imperial¹³. Diz o autor:

Numa conjuntura particularmente difícil (e decisiva) do ponto de vista financeiro – as duas primeiras décadas após a perda das rendas asseguradas pela Coroa –, convinha cercar-se em primeiro lugar de condições mínimas de cobertura material

12. Cópia da relação escrita e entregue ao Revmo. Sr. Padre João Canônico, primeiro pároco da paróquia de Ascurra – para levar ao conhecimento da Suprema Autoridade Eclesiástica, em Roma, a grave situação moral desta Freguesia, proveniente da muito antiga contenda com os Religiosos Franciscanos de Rodeio. Arquivo José E. Finardi, Blumenau. 15 de maio de 1914.

13. Ver em Sérgio Miceli, especialmente o capítulo sobre: A gestão Diocesana na República Velha (1988, p. 123-150).

e financeira das atividades eclesiásticas. A urgência premente de dar conta de tais desafios acabou convertendo inúmeros prelados da República Velha em verdadeiros "empresários" empenhados com brio e energia na tarefa complexa e politicamente delicada de formação de um patrimônio diocesano capaz de garantir fontes regulares de receita (SÉRGIO MICELI, 1988, p. 140).

Assim, conseguir a autorização para construir a igreja, inaugurá-la e até garantir a presença de um padre, não foram conquistas suficientes para Ascurra nessa disputa entre as duas colônias uma vez que Rodeio se apoiava sobre a Ordem Franciscana, investida de forte poder naquele momento.

Aqui cabe observar que, logo após a chegada do padre, esteve também visitando Ascurra o cônsul italiano, Sr. Emílio Heles, que revelou a existência de várias escolas italianas já funcionando na colônia e, para garantir o seu bom funcionamento, agradeceu o padre com o honorífico título de Inspetor Escolástico das Escolas Italianas, subvencionadas pelo Governo Italiano. O apoio do Governo Italiano à escolarização dos imigrantes era comum à maioria das colônias instaladas no Brasil. O objetivo era preservar a italianidade, língua e cultura do país de origem. O culto à italianidade seria um dos pontos de atrito dos dois grupos italianos instalados na região de Blumenau.

Segundo ainda o mesmo documento, os Franciscanos reagiram imediatamente. Vamos lembrar que toda essa pendenga com as questões escolares e religiosas era possível, uma vez que, nesse período, como já vimos antes, o Poder Público Estadual facultava às sociedades civis e às municipalidades a manutenção de escolas primárias, o que de certa forma eximia desse encargo o Poder Público que, de forma lenta, ia tratando da nacionalização das escolas. O processo de nacionalização era, contudo, balizado pelas alianças mantidas pelo Estado com a Hierarquia Católica.

Diz ainda o documento dos moradores de Ascurra que, além da difamação,:

Os Frades Franciscanos não reconhecem como católicas as escolas italianas inauguradas e visitadas pelo mesmo reverendo pároco nas colônias italianas, ora porque não dependem da jurisdição do Convento e de há muito combatidas, do púlpito e do confessionário, e mais ainda pelo periódico "L'Amico"¹⁴.

Novamente vemos a escola como objeto especial do desejo de poder pelos diferentes grupos, em busca da hegemonia sobre a vida social na região. É o resultado é que, enquanto Ascurra e Encruzilhada organizavam escolas e conseguiam financiá-las pelo Governo Italiano através da Associação Dante Alighieri¹⁵, a população de Rodeio e das linhas próximas ia montando uma rede escolar comandada pelos Franciscanos.

14. Idem nota 12, p. 9.

15. Usamos neste trabalho a grafia encontrada nos documentos – Dante Alighieri.

No início de 1910, o Agente Consular austríaco, Senhor Leopoldo Hoeschl Warnow, visitou Rodeio, por ordem do Embaixador, e recebeu um relatório sobre a situação da escolarização na colônia. A situação escolar (BLUMENAU, 1910) apresentava em funcionamento: A escola da sede, com duas classes e cinco divisões, 140 a 150 alunos e a frequência obrigatória de quatro anos; a escola S. Virgílio, em Rodeio II, com 65 – 75 alunos, quase todos de descendência tirolesa; a escola della Sacra Famiglia, em S. Paulo, com 55 alunos, desses 30 de descendência tirolesa; a escola de Diamante Alto, com 25 – 30 alunos filhos dos tiroleses; a escola de Santo Antônio (Rodeio I = 12), com 30 alunos alemães; a escola de Santo Antônio (Pomerode), com 30 alunos, maioria de tiroleses; a escola Caminho Tirolez, com 40 alunos, todos descendentes de tiroleses. Um total de 7 escolas e aproximadamente 400 alunos.

Esta rede escolar que atendia crianças com domínio lingüístico diferenciado exigia professores também com formação diversa. Tanto na escola de S. Virgílio, como a escola de Santo Antônio, o professor ensinava em português, italiano e alemão. A língua pátria nestas escolas era a do país de procedência dos pais; o português era chamado de Idioma Nativo.

Mais do que apresentar ao representante do Governo austríaco a situação das escolas quanto ao número de alunos, currículos, material didático e qualificação dos professores, o Relatório apresentava a luta política envolvendo a escolarização das crianças e jovens, que continuava em curso e que excluía as escolas de Rodeio do subsídio do Governo Italiano. Para clareza dessa questão, permito-me citar um trecho longo da carta-relatório.

Todas estas escolas reconhecem o padre como inspetor escolar, dispõem dos mesmos meios de ensino e livros escolares, aos poucos também introduzem o plano de ensino elaborado pela paróquia de Rodeio. Também os professores vêm para lá por ocasião de conferências escolares. Com a Sociedade Dante Alleghieri nunca entraram em contato, mas têm que suportar com a mesma uma sensível luta. Pois, com exceção de Rodeio e Diamante Alto, a citada sociedade fez em todos os lugares propaganda contra as escolas, que em alguns pontos receberam auxílio. (...) A luta contra a Dante Alleghieri, em sua forma atual, precisamos manter com toda a nossa força. O cônsul italiano nomeou um descrente e socialista para inspetor escolar para as escolas subvencionadas pela Sociedade Dante Alleghieri. O mesmo determinou os livros escolares e a distribuição da arrecadação, mas também usou sua influência para divulgar suas idéias. Este ano visitou como inspetor escolar algumas escolas e em seguida convidou para os festejos de maio ao ar livre. Mesmo que se possa afirmar que aqui o socialismo não cai em terra fértil, a instituição da “Dante” é de más conseqüências como: pelo menos alguns tiroleses serão transformados em italianistas e a união destruída em todas as frações. Até agora a oposição só existe na minoria, mas como se manifestará se receber apoio dos mesmos aliciadores? (BLUMENAU, 1910, p. 5).

É necessário perceber que toda a implantação da rede de escolas a partir de Rodeio veio apoiada pelo Convento dos Franciscanos, mas tem também o fato de que, em 1900, já Rodeio foi elevada à categoria de paróquia e que um ano mais tarde a Província da Congregação da Irmãs da Divina Providência transferiu para Rodeio o seu noviciado. A conjunção desses três fatores pode ter sido responsável pelo avanço na escolarização, seja no sentido vertical, seja no horizontal¹⁶.

A expansão da casa das Irmãs da Divina Providência significou um apoio forte na qualificação e atualização dos professores. Ressalte-se que o sistema público não dispunha de escolas de formação de professores suficientes para todo o Estado.

Dentro do espírito de disputa que animava as relações entre os diferentes grupos de imigrantes, conseguimos identificar a questão escolar emaranhada com todos os movimentos da vida social que se organiza.

Algumas cartas trocadas entre os padres e o Bispo revelam o andamento da reforma católica, que reforçava a hierarquia da igreja e assim garantia a intervenção muito freqüente deste último com a finalidade de acalmar ânimos exaltados e assegurar os projetos da Igreja romanizada, como era o caso da catequese das crianças. Tal procedimento foi seguido ou intercalado por outro igualmente freqüente: o uso de abaixo-assinados, por parte dos integrantes das colônias. Chegaram a fazer parte das práticas de disputas as ameaças verbais publicadas na imprensa local e mesmo violência física.

Uma carta de Frei Modestino Oechtering dá conta de um atentado a bomba praticado contra os Padres Policarpo Schuehen e o próprio Modestino, na localidade de Rio dos Cedros, num sábado depois da Páscoa de 1911¹⁷.

Filhas de Maria assumem a escola rural

Em meio ao tumulto que se operava nas colônias, a chegada a Rodeio de Frei Policarpo Schuehen, procedente da Alemanha, acrescentou ânimo às negociações entre as comunidades. Logo após sua chegada, o padre começou a passar em revista as escolas sob a responsabilidade da Paróquia de Rodeio. Constatou desorganização, falta de professores qualificados, escolas com número de alunos acrescido, em relação ao número real de alunos existentes, algumas que permaneciam fechadas por vários meses por falta de professor. Para garantir a melhoria do nível das escolas, o referido sacerdote recorreu às jovens colonas, Filhas de Maria e associadas da

16. As datas de elevação das duas localidades à categoria de município expressam o resultado da contenda. Rodeio foi elevada à categoria de município nos anos 1930, enquanto Ascurra só conseguiu sua emancipação nos anos 1960.

17. Conforme carta de Frei Modestino Oechtering O.F.M., para o editor da Revista Blumenau em Cadernos, sobre um artigo a ser publicado neste. Anexo: História do atentado contra os Padres Policarpo e Modestino em Rio dos Cedros.

Ordem Terceira de São Francisco. Tratava a educação da juventude como um importante apostolado e as convidou a dedicarem-se à catequese e à educação. Pela primeira vez, naquela colônia, a mulher foi chamada a exercer função pública. Os professores até então eram todos homens.

Se a entrada das mulheres pôde significar um avanço nas relações sociais de um grupo tradicional, traria certamente algumas dificuldades. A primeira delas era a limitada instrução do grupo feminino.

Entretanto, a partir de 1913, apresentaram-se as primeiras candidatas. Frei Policarpo entregou as jovens às Irmãs da Divina Providência para que realizassem com as voluntárias um trabalho de formação docente. Alguns meses mais tarde já as primeiras futuras catequistas assumiam escolas paroquiais em regiões de difícil acesso e de poucos recursos.

A sistemática de ação do que viria a ser a Companhia das Catequistas da Diocese de Rodeio, foi definida pelo padre fundador. Elas partiam em duplas, viviam em geral na casa da escola ou em casa próxima à escola e à capela e se ocupavam de: preparar as crianças para a primeira comunhão, ensinar a ler e escrever, cuidar da limpeza e organização da capela, realizar os ofícios religiosos na ausência do padre ou ajudá-lo em suas visitas. Inicialmente, a manutenção das jovens catequistas era garantida pelas doações da comunidade e pelo próprio trabalho das jovens na lavoura.

Periodicamente elas eram chamadas para a casa das Irmãs da Divina Providência para estudos, retiros e reflexões. Os Padres Franciscanos também participavam da preparação das catequistas. Entre 1915 e 1925, o número de catequistas cresceu significativamente e os Padres Franciscanos, como as Irmãs da Divina Providência, viram-se diante de um contingente de jovens, vivendo longe de suas famílias e de certa forma sob a sua responsabilidade. Eram jovens consagradas, porém não faziam votos, como o de castidade, por exemplo.

Em meio a todas as disputas que se operavam, essas jovens eram, sem dúvida, um alvo privilegiado das críticas e observações dos adversários políticos. Possuíam o respaldo moral dos padres e das Irmãs da Divina Providência, mas isso não se mostrou suficiente e a Companhia enfrentaria sérios problemas na sua primeira década de existência.

Um outro fator surgiu para pôr em risco a hegemonia católica exercida pelos padres franciscanos e suas jovens protegidas: o Poder Público investiu contra as escolas estrangeiras. Em 1917, foi proibido o ensino em língua estrangeira, o que levou ao fechamento de todas as escolas cujos professores não fossem brasileiros. As Catequistas persistiram e mantiveram-se as escolas paroquiais porque o ensino era feito nas duas línguas e possivelmente porque a hierarquia católica fez gestões junto aos governantes em Florianópolis¹⁸.

18. Sobre o lugar do poder católico na sociedade catarinense, ver Sergio Miceli (1988); Norberto Dallabrida (2001).

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a Elite Eclesiástica e o Governo de Santa Catarina mantiveram relações de mútuo apoio. Quando da criação da Diocese de Florianópolis (1908), os padres contaram com o apoio do Partido Republicano, isso graças ao apoio manifesto dos religiosos ao Governo para a solução da chamada “Questão do Contestado” – movimento revolucionário messiânico, reprimido em nome da ordem pública. Mais tarde, (1919) os religiosos obtêm do Governo do Estado a permissão para reintroduzir o ensino religioso nas escolas públicas (DALLABRIDA, 2001, p. 72-73).

As escolas mantidas pela Sociedade Dante Alleghieri foram suprimidas. Ascurra recebeu, mais tarde, um colégio de padre salesianos. Aqui percebe-se uma vitória da Igreja, obtida indiretamente com o apoio do Estado. Este por sua vez, começou a instalar escolas públicas nas colônias e estas passaram a competir com as escolas paroquiais.

A criação de escolas públicas, como já dissemos, vinha de forma lenta se expandindo. Isso se dava através da passagem das escolas particulares para o poder público, como aconteceu por volta de 1905 com as escolas do distrito sede de Blumenau, ou mesmo pela instalação de escola pública, em substituição às estrangeiras que foram fechadas, ou ainda como escola nova, segundo a demanda da concentração da população.

Um relato da Irmã Ede Maria dá idéia de como as Catequistas e os padres se relacionavam com as escolas públicas:

Frei Polycarpo devia sentir os fatos com muita dor. Ele, tão parco em registros, anota agora no Livro do Tombo da paróquia de Rodeio: “Em 31 de janeiro (de 1925) retirou-se das Catequistas Ignez Venturi, da escola de Rodeio Doze, para casar-se com o Senhor Ernesto Pezzini, professor da Escola Pública de Rodeio-Benedito.” Este registro deve ter sido feito por Frei Polycarpo com duplo sentimento de pesar. Ignez era irmã de Liduína, uma das três primeiras. Entrara na Companhia ainda em 1915, com 13 anos e era realmente talentosa. Uma carta por ela escrita para cumprimentar o bispo na Páscoa de 1918, tem uma grafia primorosa e uma ótima apresentação. Fora provavelmente esse talento que levara Frei Polycarpo a enviá-la como professora à escola paroquial de Rodeio Doze, fortemente rivalizada pela escola pública, criada em 1922 e, por causa da escola paroquial, transferida pela comunidade de Rodeio-Benedito. Frei Polycarpo teve problema com esta escola pública. Porque insistia com os pais católicos que mandassem os filhos à escola paroquial, foi acusado perante o Diretor da Instrução Pública, ou seja o atual Secretário de Educação e tivera que justificar-se (VALANDRO, 1990, p. 126).

A situação desconfortável dessa organização de jovens solteiras fora da família, sem um estatuto canônico definido teve, com a mudança de Vigário na Paróquia de Rodeio, uma alteração importante que redefiniu a vida das jovens catequistas. Em 1926 assumiu a Paróquia o também alemão Frei Bruno Linden OFM, cujo esforço seria no sentido de converter as jovens catequistas em freiras franciscanas, devidamente protegidas sob o manto disciplinar da Igreja Católica.

Dois processos importantes ocorriam paralelamente: de um lado, o Poder Público apertava o cerco contra as escolas particulares, exigindo que os professores se qualificassem, e que, além de adotarem a língua nacional, seguissem os horários e programas oficiais, destinados às escolas públicas; por outro lado, a Igreja católica, representada por Frei Bruno, tratava de conseguir um estatuto canônico mais restrito para as jovens catequistas.

Foram então elaboradas Constituições, que regulamentam a vida na congregação, e em seguida a Companhia das Catequistas recebeu do Sr. Bispo Diocesano o Decreto de Ereção Canônica. O que parece importante ressaltar é que esta Companhia surgiu com o compromisso de catequizar e escolarizar as crianças entretanto; as escolas paroquiais passaram para o Poder Público, enquanto as jovens professoras transformar-se-iam em freiras franciscanas. Este complexo processo que se instalou com a aliança de diferentes poderes faz a educação pública no Estado. Percebe-se assim, a dificuldade que se tinha de tratar a educação pública, nas primeiras décadas do século XX. Eram diversos sistemas convivendo, aliando-se e concorrendo no interior da chamada educação pública.

As Constituições da nova congregação religiosa definem em seu 1º Capítulo a natureza da instituição:

A Associação das Catequistas da Diocese de Joinvile se compõe de piedosas donzelas filiadas à Ordem Terceira de São Francisco de Assis que se consagram a Deus para glorificá-lo e se santificar vivendo na comunidade e sob obediência da Autoridade legitimamente estabelecida segundo as normas destas constituições e aplicando-se à consecução dos fins que ela se propõe.

O fim dessa Associação é: 1º A santificação de suas associadas; 2º O ensino da doutrina cristã às crianças; 3º O cuidado das capelas ou igrejas que lhe são confiadas... (SCHAETT, s.d., p. 16).

Observe-se que a escolarização propriamente dita não fazia parte dos fins da Congregação, embora tenha sido a razão de sua fundação. Entretanto a expansão dessa rede escolar protegida pela Igreja católica foi notável; mesmo depois de haver se transformado em congregação religiosa. Neste sentido cabe ainda observar que a estratégia de crescimento da rede era bastante bem definida: as catequistas ficavam encarregadas de cuidar das escolas localizadas ao pé das capelas e igrejas nas pequenas vilas formadas pelos colonos italianos. Para se ter uma idéia dessa expansão, basta ver que, em trinta anos de atuação, as catequistas passaram de três aspirantes para 130 catequistas, 124 aspirantes e 21 noviças e o número de escolas atendidas passou de 1 para 63, assim distribuídas:

Rodeio = 16 escolas; Indaial = 04 escolas; Rio do Sul = 21 escolas; Timbó = 04 escolas; Itajaí = 03 escolas; Nova Trento = 03 escolas; Porto União = 05 escolas; Blumenau = 02 escolas; Ibirama = 04 escolas; Cruzeiro = 1 escola.

Para manter essa rede, as catequistas procuraram adaptar-se às exigências das escolas públicas. Não apenas ministravam as aulas em português e segundo o programa e horário das escolas oficiais, como também passaram a prestar os exames de habilitação para professores realizados pelo poder público.

Os exames foram sendo prestados aos poucos até o ano de 1938. Pelos dados disponíveis, sabe-se que, das 44 catequistas que a ele se submeteram, apenas uma do último grupo teve que repeti-lo. O exame, oral e escrito, versava sobre conhecimentos de português, matemática, geografia e história do Brasil e educação cívica e era feito perante uma banca examinadora formada pelo inspetor escolar estadual, pelo intendente distrital de Rodeio e uma Irmã da Divina Providência (VALANDRO, 1990, p. 162 e seg.).

Entre os anos de 1935 e 1938, as escolas paroquiais foram passando para a jurisdição do Estado, quer como escolas subvencionadas – cujas professoras eram contratadas pelo Estado – quer mesmo como escolas públicas, deixando então de ser escolas paroquiais para, como ficaram conhecidas, transformarem-se em “escolas do governo”. Em qualquer dos casos as professoras eram as Irmãs Catequistas. O ensino de religião seguiu sendo garantido, uma vez que a Constituição de 1934 o facultava nas escolas públicas.

Já no final da década de 1960 (1969), a Congregação foi dividida em três províncias e uma subprovíncia: S. Francisco de Assis, com sede em Joaçaba, SC; Santa Clara de Assis, com sede em Rio do Sul, SC; Imaculado Coração de Maria, com sede em Blumenau, SC; e a subprovíncia Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede em Rondonópolis, Mato Grosso.

Naquele momento, a Congregação contava 470 Irmãs, espalhadas por 128 casas em 8 estados da Federação¹⁹.

Como vimos até aqui, a fundação da congregação religiosa se deu a partir de uma companhia de jovens católicas leigas, imbuídas da missão de catequizar as crianças e jovens, envolvidas numa contenda pela religião católica e pela identidade de um grupo de imigrantes de tradição secular, aqueles provenientes de Trento.

Por sua vez, o Governo do Estado desenvolvia uma política que incentivava as comunidades a organizarem seus próprios projetos de escolarização e habilitarem-se assim a receber a subvenção pública. A formação de professores, no início do século XX e durante mais da metade desse século foi um dos entraves para a criação de um sistema de ensino de caráter mais público, capaz de expressar um projeto de estado republicano e laico.

Muito diferente do que acontecia em São Paulo que, a partir da reforma de 1896, investia no ensino primário, através dos Grupos Escolares e começava a

19. Estes e outros dados mais detalhados podem ser encontrados em Frei José Bertoldi e Frei Guido Scottini (1975); Ede Maria Valandro (1991).

expandir as Escolas Normais, que se instalavam nas principais cidades do interior, prova notória de que, sem formação de professores, não existiria a escola pública. No Estado de Santa Catarina, ainda se pensava em professores formados dentro das condições próprias da sociedade²⁰.

Assim, a qualificação dos professores esteve a cargo das iniciativas locais, muito apoiada pela Igreja católica. O Estado oferecia os exames livres e com eles também dava acesso aos seus quadros de professores.

Dessa forma, em Rodeio, as Irmãs da Divina Providência criaram um processo permanente de formação das professoras católicas que se transformou em Curso Normal Regional, uma modalidade especial de formação de professores para exercerem suas funções nas escolas rurais do Estado. As catequistas se ocupavam, como vimos, justamente dessa modalidade escolar. Mais tarde, as próprias catequistas mantiveram Cursos Normais Regionais em diversas cidades do Estado e só posteriormente, já por volta dos anos 1950, as irmãs começaram a obter o diploma da Escola Normal.

Desta forma, percebe-se a singularidade dessa Congregação católica, diferente da expressiva maioria das congregações instaladas no Brasil – dedicadas à educação da elite e à assistência a comunidades necessitadas – esta, além de dedicar-se à escolarização das crianças de famílias simples de zona rural, o fazia em instituições públicas. A ação das Catequistas Franciscanas, até os anos 1970, se deu prioritariamente em escolas públicas, sendo as irmãs funcionárias concursadas pelo Estado.

Referências bibliográficas

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*. História da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, Editora da UFSC, 1999.

BERTOLDI, Frei José; SCOTTINI, Frei Guido. *Rodeio*, novembro de 1975. 100 anos de sua fundação, s/l, s/e, 1975.

BLUMENAU. Relatório sobre as escolas dos tirolezes na paróquia de Rodeio – município de Blumenau, 18 de maio de 1910. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 13 de maio de 1991 – C/I 2.6.5. 08 Arq. Fritz Müller.

BUFFA, Esther; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos, Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, UDESC, 2001.

20. Sobre a expansão do ensino primário no Estado de São Paulo, ver Rosa Fátima de Souza (1998); Casemiro dos Reis Filho (1981).

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer*. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Tradução Ciro Mioranza e Solange H. Luques. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

LENARD, Andrietta. Trecho da palestra proferida em 01 de maio de 1975, em Rodeio. Livro Comemorativo dos 100 anos de Rodeio, s/e, 1975.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988, pp. 123- 50.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Esther. *Schola Mater. A antiga Escola Normal de São Carlos. 1911-1933*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.

SCHAETT, Frei Estanislau OFM. Companhia das Catequistas da Dioceses de Joinvile com a casa Matriz em Rodeio (Santa Catarina). *Vita Franciscana*, s/d, p. 16.

SOUZA, Rosa Fátima de. *O direito à educação*. Campinas: Editora da Unicamp e CMU, 1998.

THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas (org.). *Nosso passado (in)comum*. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povoa Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas*. Joinvile: s/e, 1991, p. 126.\